Uma publicação do Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau "COM CERTEZA ALGUNS CORTES QUE FORAM FEITOS PODEM AFETAR DIRETAMENTE A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO DA NOSSA INSTITUIÇÃO, E QUEM PERDE COM ISSO? NÓS, ACADÊMICOS(...) O MOMENTO É FRÁGIL."

JOHN MAICON ALBANIS - PRESIDENTE DO DI-RETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES/FURB A CRISE DA FURB

PÁGINAS 8, 9 E 10

"ATÉ O FINAL DO ANO PROVAVELMENTE O NOVO SISTEMA DEVE TER SIDO IMPLEMENTADO. O PRINCIPAL BENEFÍCIO QUE VEJO É ORGANIZAR O NOSSO ESTACIONAMENTO PARA QUE OS SERVIDORES E OS ALUNOS TENHAM PRIORIDADE." UDO SCHROEDER - VICE-REITOR, SOBRE A PRIVATIZAÇÃO DO ESTACIONAMENTO DA FURB CONTRARIANDO PROMESSA DE CAMPANHA, REITORIA VAI PRIVATIZAR O ESTACIONAMENTO PÁGINA 3

"A QUESTÃO É: POR QUE TODA GESTÃO DA FURB TENTA ACABAR COM OS DEPARTAMENTOS NA UNIVERSIDADE?"

MARCOS ANTÔNIO MATTEDI, PRO-FESSOR DR EM CIÊNCIAS SOCIAIS O KINDER OVO CHAMADO PROCESSO 017/2015 PÁGINA 16



CENÁRIO NEBULOSO: FURB ANUNCIA MEDIDAS DRÁSTICAS PARA CONTER O DÉFICIT NA UNIVERSIDADE. ENTRE ELAS, ESTÁ A REDUÇÃO EM 50% NOS VALORES PAGOS AOS CARGOS COMISSIONADOS, O FIM DAS CHEFIAS DE DEPARTAMENTOS E MUITAS OUTRAS PÁGINAS 8, 9 E 10

### PELA NÃO REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

ESTUDANTES DE BLUMENAU SE UNEM EM PROTESTOS E MANIFESTAÇÕES PÁGINA 7





JEAN VOLPATO

### MOBILIZAÇÕES GARANTEM MANUTENÇÃO DO

PROTESTOS OCORRERAM EM TODO O PAÍS, INCLUSIVE EM BLUMENAU, ONDE ESTUDANTES ORGANIZARAM MOVIMENTOS E PASSEATA

PÁGINAS 12 E 13

### **MUITAS MIRAGENS**

essa edição, preocupados com os efeitos da crise que se instala na FURB, percebemos as diferentes reações da comunidade acadêmica sobre a situação. Um articulista na imprensa nacional nessa última semana de julho retratou a crise brasileira como uma crise de estado, uma crise de confiança, e que o desenvolvimento só será retomado quando a verossimilidade das ações seja coerente, pois o conjunto de variáveis em questão torna a meta de ajuste fiscal uma "miragem", assim como estávamos enxergando uma "miragem" nas condições macroeconômicas que o país supostamente tinha no final de 2014. Algumas da técnicas utilizadas para sustentar a "miragem" da meta fiscal – que já foi para o espaço - inclui o não pagamento da despesa já realizada e que estão a cada dia reduzindo ainda

O pré-anúncio da extinção da organização departamental contradiz o que há poucos meses foi sinalizado, penalizou de forma desproporcional os ocupantes desses cargos

mais a confiança em qualquer programa estatal. O governo no início desse ano deixou de pagar despesas de embaixadas brasileiras no exterior o que acarretou cortes de luz, água, telefone e aluguel, gerando severos protestos do Itamaraty. Pagou mico na viagem presidencial aos EUA, quando foi alertado que deixou de pagar e tem atrasado sistematicamente os repasses de mensalidades e taxas para as universidades norte-americanas que participam do programa Ciência Sem Fronteiras. Se acontece isso, alguém ainda acredita que os recursos em atraso serão transferidos a tempo para evitar um colapso total das atividades da FURB sem que aconteça uma intensa mobilização contra esse calote do governo? Só sob pressão, pois a arrogância e o descaso do FNDE e MEC diante de criação adicional de novas regras visava indiretamente "punir" as grandes instituições de ensino que abusaram do programa que ele mes-

mo concebeu. Mas o efeito está se revelando contrário. Com as queda do valor da carteira por aluno, esses fundos internacionais que detém o maior controle acionário das gigantes do setor estão aproveitando a crise das pequenas arrematando com novas aquisições as IES que lhes interessam, aumentando ainda mais a concentração no setor. A capacidade e alternativas que as privadas com fins lucrativos e as comunitárias de se ajustar é muito maior do que é para FURB, que é pública municipal ,e isso é grave pois está no mesmo pacote da armadilha do FIES. Os cortes de cerca de 30% no orçamento do sistema de ensino superior federal não podem ser comparados, pois trata-se de recursos de custeio, pois os vencimentos referentes à folha de pagamento sempre estarão garantidos. A FURB está enveredando em um caminho que já compromete o pagamento da remuneração dos servidores para arrastar por mais dois meses uma situação que se tornará insustentável se alguma coisa não for feita urgentemente causando apreensão profunda de toda a comunidade acadêmica.

A urgência e profundidade dos cortes dessa vez veio acompanhada de

medidas administrativas que não foram discutidas previamente nem qual a estrutura que a sucederá. O pré-anúncio da extinção da organização departamental, contradiz o que há poucos meses atrás foi sinalizado, penalizou de forma desproporcional os ocupantes desses cargos em um momento que também tira das direções de centro uma autonomia de definir a distribuição do trabalho do restante das horas que sobraram como foi o caso da alocação de coordenação de estágios, uma realidade particular a cada curso. O tamanho e estrutura de apoio existente em cada centro é muito desigual e está assim definida por razões históricas, pela própria influência de diretores e ex-diretores e pela dinâmica da criação e desenvolvimento de seus próprios cursos. A estrutura rígida de nossos regulamentos e leis incorrem no pacote de medidas riscos do cometimento de ilegalidades que devem ser consideradas.

A FURB sempre teve dificuldades de olhar para fora e subestimou as dinâmicas de transformação do cenário e tendências do ensino superior, avalia mal as ações da concorrência e cria estruturas tímidas em relação a oportunidades que foram perdidas, além do ensino de graduação apenas na sua forma presencial. A crise talvez veio em boa hora pois acontece em um momento em que nós somos credores e não devedores diante de uma crise da própria instituição. Também é um momento de encontro com nós mesmos diante de nossas escolhas de uma outra "miragem" de uma FURB e sua estrutura atual diante das oportunidades perdidas: ignoramos as transformações tecnológicas no Ensino à Distância (EAD), retrocedemos a educação continuada *latu-sensu* com maus contratos, regredimos na atuação dos Institutos e prestação de serviços, afastamos nossa Fundação de Apoio por falta de transparência e estamos criando outra – nada contra isso. Acertamos por outro lado na pós-graduação strictu-sensu e na decisão do programa de internacionalização que claramente nos diferencia das demais que também correm no mesmo sentido. No balanço geral nossa "miragem" tem uma série de buracos do grave problema de financiamento das atividades ainda excessivamente dependente da receita de graduação presencial, sem nos darmos conta que outras formas de financiamento foram ignoradas durante anos por resistência ideológica e conservadorismo tolo. Mesmo com a baixa capacidade de investimento ainda é possível correr atrás desse prejuízo. Temos que colocar a FURB de volta nos "trilhos" e profissionalizar de fato mais a gestão de alguns desses programas, chega de improvisação e estruturas mal concebidas. Se há questões legais que impedem certas ações, estudem melhor os arranjos possíveis, pois há, sim, formas dentro da legalidade prevista que não estão sendo consideradas, nesse quesito estamos piores que as universidades federais e estaduais.

A reitoria não pode ficar agora apenas na síndrome de "zelador de condomínio", preocupada com pequenos gastos. A situação impõe uma ação externa mais severa e o tempo é curto. O estado não nos salvará ou nos indenizará em função dos danos causados. Isso requererá muita criatividade e ação política, pois as demandas são gigantescas e de valor muito mais ex-

"MUITO SE DISCUTE ACERCA DOS TEMPOS DO EXCESSO DE INFORMAÇOES NOS QUAIS VIVEMOS ATUALMENTE, NAO E MESMO? SE NAO TEMOS OPINIAO SOBRE AS COISAS, PARECE QUE NAO EXISTIMOS; E, ASSIM, SEGUIMOS EM UMA BUSCA INCONTROLAVEL POR SABER DE TUDO O TEMPO TODO. NESSE CONTEXTO, FICA ATE DIFICIL DISCERNIR SOBRE O QUE VALE A PENA LER (E CONSEQUENTEMENTE ACREDITAR) EM MEIO A UMA FARTA DISPONIBILIDADE DE DISCURSOS. SOU ESTUDANTE DA FURB HA MAIS DE CINCO ANOS, CON-CLUI MINHA GRADUAÇAO NESSA UNIVERSIDADE E AGORA ESTOU EM FASE DE CONCLUSÃO DO MEU CURSO DE MESTRADO. NESSE TRAJETO PERCORRIDO, TIVE O PRIVILEGIO DE ME ENCONTRAR COM O EXPRESSAO UNIVERSITARIA, JORNAL QUE ME CHAMOU A ATENÇÃO PELA IRREVERÊNCIA DE SUAS REPORT-AGENS E PELO FATO DE FALAR TANTO DE ASSUNTOS NAO TAO COMENTADOS POR OUTROS JORNAIS, COMO POR FALAR DE UMA MANEIRA DIFERENTE, MAIS HUMANA, SOBRE OS ACONTECIMENTOS DA UNIVERSIDADE, DA CIDADE, DO PAÍS E DO MUNDO! O NÍVEL DE REFLEXÃO E DEBATE QUE VOCÊS PRO-MOVEM E INCRIVEL. OBRIGADA POR NOS PERMITIREM TER ACESSO A INFOR-MAÇAO E, MAIS DO QUE ISSO, À FORMAÇAO HUMANA."

MARTHA REGINA MAAS, MESTRANDA EM EDUCAÇÃO DA FURB



### PARTICIPE DO EXPRESSÃO! Envie textos, opiniões, fotografias, charges... Entre em contato pelo email ou nos telefones abaixo!

**DIRETORIA SINSEPES | 2014/2017** 

Presidente: Ralf Marcos Ehmke (CCSA); Vice-presidente: Luiz Donizete Mafra (DAC), Secretária geral: Laurete Maria Ebel Coletti (CCS), 1ª Secretária: Marian Natalie Meisen (Instituto FURB), Tesoureiro: Nazareno Schmoeller (CCSA), 1º Tesoureiro: Valcir de Amorim (DAF), Diretor de Cultura, Esporte e Lazer: Carlos Alberto Silva da Silva (CCHC), Diretora de Imprensa e Comunicação: Ivone Fernandes Morcilo Lixa (CCJ), Diretor de Assuntos Jurídicos: Osnildo Marcos Rodrigues (CCS) Diretora de Formação e Relação Sindical: Nevoni Goretti Damo (CCS)

### **CONSELHO FISCAL**

Efetivos: Edemar Valério Mafra (NRTV), Leandro Junkes (Biotério Central) e Jorge Gustavo Barbosa de Oliveira (CCHC) Suplentes: Márcio C. de Souza Rastelli (CCS), Selézio Rodrigues (DAC) e Wanderley Renato Ortunio (Etevi)

Projeto gráfico: Ana Lucia Dal Pizzol

Tiragem: 2.000 cópias. Gráfica: Grafinorte S/A (Apucarana, PR) (41) 3598.1113 ou (41) 9926.1113

Jornalista responsável: Marcela Cornelli - MTB 00921/SC JP

As matérias assinadas são de responsabilidade dos seus autores



### Contato

Expressão Universitária é uma publicação do SINSEPES (Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau)

Endereço: Campus I da Furb - Rua Antônio da Veiga, 140 - Victor Konder - Blumenau - SC - CEP 89012-900

Telefone: 47 3321-0400 | 47 3340-1477

E-mail: sinsepes@sinsepes.org.br

Página: www.sinsepes.org.br





### **OS PLANOS POLÍTICOS DE NATEL**

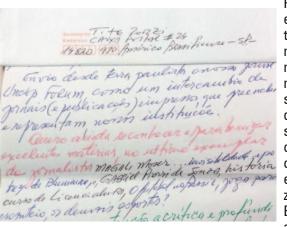
A divulgação de nota dia 7 de julho assinada pelo jornalista Upiara Boshi, interino de Moacir Pereira na coluna política do Diário Catarinense, reproduzida pelo Jornal de Santa Catarina e A Notícia, sobre o encontro do reitor da FURB, João Natel, com o vice--governador e presidente estadual do PMDB, Eduardo Pinho Moreira, confirmou o que já se ventilava nos corredores: Natel como aposta do PMDB nas eleições do ano que vem à prefeitura de Blumenau. O ingresso do médico no partido ocorreu em abril deste ano e foi anunciada pelo professor dr Clóvis Reis como "fato político do ano", pelo impacto nas eleições municipais.

### PROFESSOR DA FURB **PLANEJA AVENTURA APOS A APOSENTADORIA**

Após 33 anos na FURB, o professor e biólogo Pedro Wilson Bertelli se aposenta em 4 de janeiro do ano que vem com uma missão: ele quer um novo desafio sobre a magrela, Depois de cruzar o Brasil por quatro vezes com a bicicleta, a nova aventura promete ter com destino a Argentina. Para o professor, pedalar é a melhor forma de conhecer a diversidade do mundo. "Quando estou naquela subida, sob o sol escaldante, eu me pergunto: o que estou fazendo aqui? Para mim, a resposta vem na hora: Tô esticando a minha vida da melhor forma possível", contou o professor ao Expressão. A primeira viagem foi de Blumenau a Natal (RN), em 2004, quando ele encarou 4,2 mil quilômetros também acompanhado da magrela.

### **MANIFESTAÇÕES DE INCENTIVO AO SINSEPES**

O SINSEPES recebeu em julho uma cartinha escrita de próprio punho e assinada por um leitor assíduo do Expressão Universitária! Trata-se do professor universitário Tite Zorzi, de São



Paulo, que fez elogios muito entusiasmantes ao nosso jornal mensal. E a segunda vez que o professor entra em contato com o jornal para elogiá-lo. Zorzi conheceu o Expressão por acaso, quan-

do veio a Blumenau participar de uma maratona. A mensagem muito nos honra e desafia a fazer cada vez melhor!

### CONTRARIANDO PROMESSA DE CAMPANHA, REITORIA VAI PRIVATIZAR O ESTACIONAMENTO

É oficial: A FURB vai lançar edital para escolher a empresa que fará o monitoramento do estacionamento. Em entrevista ao Expressão Universitária, o vice--reitor Udo Schroeder confirmou a privatização. Segundo ele, a estimativa é de menos que 30% dos alunos utilizem o carro para ir a universidade. "Os outros 70%, normalmente os menos favorecidos que não dispõem de automóvel, acabam pagando a conta para manter o estacionamento, com serviços de limpeza e vigilância", comenta. Na avaliação do professor, a ocupação desordenada do estacionamento hoje permite a entrada de muita gente de fora da universidade. Restringir o acesso vai garantir novas vagas para quem realmente precisa, acredita. "Até

o final do ano provavelmente o novo sistema deve ser implementado. O principal benefício que vejo é organizar o nosso estacionamento para que os servidores e os alunos tenham prioridade", defende Udo, ao citar como exemplo outras universidades da região que também privatizaram o estacionamento, como a Univali. A não privatização do estacionamento e a ampliação de vagas eram compromissos do reitor João Natel na primeira campanha, em 2010. Udo lembra que restrições orçamentárias levaram a reitoria a revisar a deci-



são. Com a terceirização, alunos, professores e comunidade externa pagarão pelo uso do estacionamento. Apenas ciclistas estarão liberados do pagamento. A mudança valerá para os campi 1, 2 e 3 da FURB. Na próxima edição do Expressão, será publicada uma reportagem completa sobre o tema, com a participação da ABC Ciclovias.

### CURSO DE SERVIÇO SOCIAL LANÇA PROGRAMA DE EXTENSÃO DE CAPACITAÇÃO COMUNITÁRIA

O Curso de Serviço Social da FURB passou a contar com mais um projeto no programa de extensão. O Projeto Assessoria e Capacitação Comunitária integra o Programa de Extensão Gestão de Risco e Participação Comunitária (GRACO), aprovado pelo Edital PROPEX Nº 07/2014 para o biênio 2015-2016. E coordenado pela professora Cleide Gessele, do Departamento de Serviço Social, e o principal objetivo é contribuir para o fortalecimento da participação cidadã democrática nos espaços públicos de decisão e de controle social das políticas sociais públicas. As atividades são dirigidas às lideranças comunitárias e aos conselheiros dos Conselhos gestores de políticas públicas da área social de Blumenau. Dentre as ações planejadas, destacam-se cursos, seminários, oficinas para elaboração de diagnóstico dos territórios e mapeamento de ações estratégicas para compor os planos de atividades das organizações comunitárias. O primeiro encontro com as lideranças comunitárias ocorreu em 02 de julho, no período noturno, no Auditório do Bloco T sob a Coordenação dos professores Cleide Gessele e Ricardo Bortoli. A atividade contou com a presença de lideranças comunitárias representantes de Associações de Moradores e de representantes da UNIBLAN. Na ocasião, foram debatidas questões como o significado da Associação de Moradores e como esta organização é vista pela comunidade, a fim de levantar os desafios e as demandas para a continuidade da capacitação. O segundo encontro está agendado para o dia 23 de julho. A primeira etapa do curso para capacitação de conselheiros municipais da área social, com duração de 08 horas, foi realizado em 09 de julho e contou com a presença de 19 participantes. O conteúdo incluiu Políticas Públicas, Sistema de Garantia de Direitos e a relação com os Conselhos Gestores, sendo abordado pela professora Maria Salete da Silva, do Departamento de Serviço Social. O curso terá continuidade nos dias 25 de agosto, 22 de setembro e 20 de outubro de 2015. As ações voltadas para as lideranças comunitárias têm como parceira a União Blumenauense de Associações de Moradores (UNIBLAM). Para a realização da capacitação de conselheiros, a instituição parceira é a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social da Prefeitura de Blumenau. Segundo a professora Gessele, o curso de Serviço Social é um dos que mais tem programas de extensão da FURB.



## MANIFESTO POR UMA ESCOLA LAICA, INCLUSIVA E PLURAL

Criação dos Planos Municipais de Educação desperta reações de religiosos que se unem por uma carta aberta de inclusão das questões de gênero no processo de aprendizagem

uestões de gênero? Presente! Perseguidoras e perseguidores de uma sociedade de justiça e paz e da preservação de um Estado Laico de fato, nós, RELIGIOSAS E RELIGIOSOS das mais diversas religiões, espiritualidades e comunidades de fé, por meio deste Manifesto, lançamos nosso apoio a uma escola para todas e para todos, princípio que deve-

ria orientar o Plano Nacional de Educação (PNE) e que deve guiar os Planos Municipais de Educação (PMEs).

Defendemos como essencial a abordagem das questões relacionadas a gênero para o combate à violência e à exclusão escolar. Acreditamos ser importante que educadores e educadoras sejam preparados/as para abordar esses temas de forma consciente, responsável e inclusiva.

Compreendemos ser um equívoco a chamada "ideologia de gênero", uma vez que a palavra "gênero" não é uma ideologia, mas sim um conconstruções sociais sobre o feminino e o masculino. Ou seja, os debates sobre as relações de gênero visam à compreensão da naturalização histórica da relação hierár-

quica e opressora de homens sobre as mulheres e a imposição de estereótipos para o feminino e o masculino. Assim, o debate sobre gênero se faz essencial para a desconstrução de uma ideologia patriarcal, misógina e heteronormativa ainda dominante em nossa sociedade.

A violência no Brasil é um dado alarmante, que tem feito milhares de vítimas diariamente, e um número significativo desses casos tem motivação sexista. Esse é o caso da violência contra a mulher e contra a população LGBTT. Para que possamos mudar esses índices, é necessária uma transformação cultural, e nisso a educação possui um papel fundamental. Para que tenhamos uma sociedade que compreenda e viva de fato a igualdade en-

tre os gêneros, o respeito com as diferentes identidades e orientações sexuais, precisamos falar abertamente sobre esses temas, nas escolas e em diferentes espaços, substituindo uma concepção de mundo patriarcal por uma visão de mundo plural.

Assim, manifestamos nosso repúdio às vozes fundamentalistas que se recusam a contribuir para a construção de um país justo para todos e todas. Reivindicamos, como RELIGIOSAS E RELIGIOSOS que lutam pela lai-

cidade do Estado, um PME que reflita sobre uma educação pública de qualidade e que, junto a isso, compreenda a pluralidade de nossa sociedade e o papel da educação na transformação das realidades de violência, desigualdade e intolerância.

Defendemos como essencial a abordagem das questões relacionadas a gênero para o combate à violência e à exclusão escolar. **Acreditamos ser importante** que educadores e educadoras ceito utilizado para definir as sejam preparados/as para abordar esses temas de forma consciente. responsável e inclusiva

Aliança de Batistas

CEBI - Centro de Estudos Bíblicos

CECA - Centro Ecumênico de Capacitação e Assessoria

CESE - Coordenadoria Ecumênica

CLAI Brasil - Conselho Latino Americano de Igrejas

Coletivo Negrada - Organização de Estudantes e Professores Negros/as e Cotistas da UFES

CONIC - Conselho Nacional de Igrejas Cristãs

Diaconia

FEACTBR - Fórum Ecumênico ACT Aliança Brasil FLD - Fundação Luterana de Diaconia IEAB -Igreja Episcopal Anglicana do Brasil IPDM – Igreja Povo de Deus em Movimento KOINONIA – Presença Ecumênica e Serviço Mutirão – Espiritismo e Direitos Humanos PAD - Processo de Articulação e Diálogo PROFEC - Programa de Formação e Educação Comu-

REJU – Rede Ecumênica da Juventude RENAFRO - Rede Nacional de Religiões Afro-brasi-

UNIPOP- Instituto Universidade Popular

# Expressão Universitária Agosto/2015

# CRISE GREGA

Situação econômica do país leva economistas a escreverem carta aberta de apelo mundial em favor da Grécia

Em uma carta aberta, publicada no jornal "A Nação" no dia 7 de julho, com o título "Pedem para a Grécia por uma arma na cabeça" cinco economistas, Heiner Flassbeck (ex secretário de Estado do Ministério de Finanças da Alemanha), Dani Rodrik (professor de economia política internacional

Nos últimos anos, os chamados programas de ajustes, como o imposto à Grécia, só serviram para causar uma grande depressão, que não se via na Europa desde 1929-1933. O medicamento prescrito pelo ministro alemão da Economia e Bruxelas tem sangrado o doente em vez de curar a doença

da Universidade Harvard), Thomas Piketty (professor de economia da escola de Paris), Jeffrey D. Sachs (professor de Desenvolvimento sustentável e diretor do Instituto da Terra da Universidade de Columbia) e Simon Wren-Lewis (professor de política econômica da Universidade de Oxford), proclamam que a política aplicada pela Europa destruiu a economia da Grécia e por isto os gregos levantaram sua voz. O conteúdo da carta é o seguinte:

A incansável austeridade que a Europa está impondo à força a população Grega simplesmente não funciona. A Grécia levantou a voz para dizer basta. Como a maioria da população mundial sabia, as necessidades financeiras da Europa destruíram a econo-

mia grega, provocaram uma massiva retração da economia, perdas no setor bancário e agravaram ainda mais a dívida externa ao convertê-la num problema que não para de crescer, alcançando 175% do PIB.

Atualmente a economia está arruinada, com queda da arrecadação fiscal, declínio da produção, desemprego e falta de capital para investimentos. As consequências humanitárias são tremendas: 40% das crianças vivem na pobreza, a mortalidade infantil está crescendo, o desemprego dos jovens atinge 50%. A corrupção, a evasão fiscal, a contabilidade mal feita levada adiante pelos governos gregos no passado contribuíram para a formação do problema da dívida. Os gregos cumpriram a maior parte das exigências de austeridade solicitadas pela chanceler alemã, Angela Merkel: diminuíram os salários, reduziram os gastos públicos, cortaram enormemente as aposentadorias, privatizaram, desregulamentaram o mercado e aumentaram os impostos.

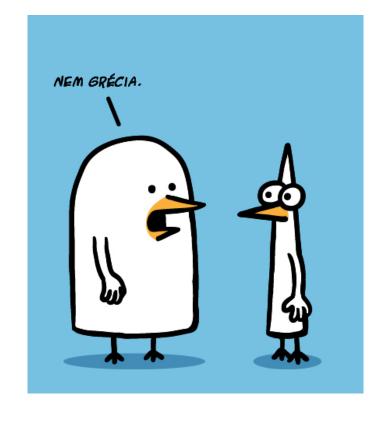
No entanto, nos últimos anos, os chamados programas de ajustes, como o imposto à Grécia, só serviram para causar uma grande depressão, que não se via na Europa desde 1929-1933. O medicamento prescrito pelo ministro alemão da Economia e Bruxelas tem sangrado o doente em vez de curar a doença. Insistimos que a chanceler Merkel e a Troika devem considerar uma mudança de rumo para evitar um grande fracasso e permitir que a Grécia permaneça na zona do Euro. No momento, o Governo grego foi convidado a colocar uma arma na cabeça e puxar o gatilho. Desgraçadamente, a bala não só acabará com o futuro da Grécia na Europa, os danos colaterais vão matar o euro como um símbolo de esperança, democracia e prosperidade, e poderia causar consequências drásticas para as economias de todos os países do mundo.

Nos anos 50 a Europa foi formada com base no perdão de dívidas contraídas no passado, particularmente na Alemanha, que criou uma contribuição com o fim de promover o crescimento econômico e a paz depois da guerra. Hoje precisamos reestruturar e reduzir a dívida grega, dar um respiro, para que a economia se recupere, e permita à Grécia pagar essa dívida. Já é o momento de reconsiderar com humanidade o fracassado e duro programa de austeridade dos últimos anos e negociar uma redução considerável da dívida grega juntamente com as reformas absolutamente necessárias na Grécia.

A mensagem dos economistas à Chanceler Merkel é clara: Chanceler Merkel, lhe pedimos, que, como uma líder, empreenda esta medida essencial para a Grécia e Alemanha assim como para o mundo. A história vai lhe lembrar das ações que realizar. Esperamos e contamos com a Senhora para que tome valentes e generosas decisões a respeito da Grécia que servirão para as futuras gerações da Europa.







# PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BLUMENAU: QUANDO O MEDO DE DANOS IRREAIS GERA DANOS REAIS

**POR MATHEUS HOFFMANN** 

Acadêmico do curso de Psicologia da FURB < mthsh94@gmail.com >

Um olhar sobre o projeto de lei que cria o Plano Municipal de Educação (PME) de Blumenau para os próximos 10 anos

stamos em 2015. Ano em que estão sendo aprovados os Planos Municipais de Educação para o período de 2015 a 2025 no Brasil. Tais planos abordam diversos aspectos relacionados à Educação, mas, em diversos municípios, o principal anseio de uma parcela da população foi pela retirada das expressões "gênero", "identidade de gênero" e "orientação sexual" dos planos

Nacionalmente, há um movimento que prega que a discussão de tais temas na escola geraria graves danos sociais, sendo as famílias chamadas de tradicionais as principais vítimas, que seriam supostamente destruídas.

De alguma forma, parte da sociedade entendeu que, caso a escola abordasse tais temas, haveria uma confusão social quanto ao gênero que cada pessoa se identifica, o que não confere com a realidade.

Também, de alguma forma, parte da sociedade entendeu que o azul seria proibido para meninos e o rosa seria proibido para meninas, quando, na realidade, a proposta de quem defendia a permanência de tais expressões no PME era que o azul não fosse proibido para meninas e o rosa não fosse proibido para meninos, escolha que não necessariamente possui relação



com o gênero com que a criança se identifica nem representa dano psicológico.

A proposta era que a escola respeitasse alunas e alunos como são, ensinando o respeito ao próximo e sobretudo garantindo o disposto na nossa Constituição Federal, que tem como um dos seus princípios a não discriminação, e como um dos seus objetivos a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

A proposta, portanto, não era de que a escola impusesse sexualidade alguma a alunas e alunos, e sim que a imposição não acontecesse nesse espaço. E a imposição está presente em parte da sociedade, que pressiona pessoas a se apresentarem socialmente como heterossexuais e como homens ou mulheres, conforme o que consideram adequado para cada gênero, de acordo com a genitália com que nasceram.

Blumenau, com a aprovação de emendas do Presidente da Câmara Municipal, Mário Hildebrandt, foi uma das diversas cidades de Santa Catarina e do Brasil em que o movimento pela retirada das expressões obteve sucesso. Aqui, as expressões "gênero" e "identidade de gênero" foram excluídas do PME e foi proibida a utilização da expressão "identidade de gênero" em todos os documentos relacionados à Educação, sendo vedadas também a confecção e a distribuição de material na rede pública municipal que tenha como referência "políticas de gênero". Além disso, a expressão "orientação sexual" também foi suprimida na redação final do PME, já sancionada pelo prefeito Napoleão Bernardes.

Curiosamente, várias das pessoas que se manifestaram pela retirada de tais expressões não procuraram um diálogo sobre como seria essa discussão nas escolas. Simplesmente quiseram a retirada das expressões, afirmando que a abordagem de tais temas compete à família e não ao Estado.

Mas aí surgem algumas questões: O que justifica a concepção de que essa discussão compete exclusivamente à família? A omissão de tais temas na escola não é prejudicial à formação de cidadãos?

Cada pessoa entendeu de um jeito como seria a discussão de tais temas nas escolas. A realidade é que somos muito diferentes enquanto humanos e, para termos uma sociedade livre, justa e solidária, é fundamental que haja respeito.

A realidade é que mulheres historicamente são vítimas de uma série de violências, das quais são culpabilizadas reiteradamente, o que já caracteriza mais uma violência. Em nossa sociedade, devido à forma com que nossa cultura lida com elas, são frequentemente assediadas, ameaçadas, agredidas, estupradas e assassinadas. Frequentemente também elas têm as suas falas desconsideradas e são representadas como objetos sexuais e não como pessoas. Em relação à renda, recebem salários menores que homens para as mesmas funções. Em relação às atividades domésticas, desde a infância, meninas possuem mais responsabilidades do que meninos.

A realidade é que lésbicas, gays, bissexuais e transexuais existem e sofrem violências cotidianas. Tais violências acontecem em famílias que rompem laços, agridem tais pessoas e até as ex-

66

O que justifica a concepção de que essa discussão compete exclusivamente à família? A omissão de tais temas na escola não é prejudicial à formação de cidadãs e cidadãos?

pulsam de casa, assim como em escolas, em que profissionais não intervêm em tais situações ou inclusive fortalecem o preconceito, gerando evasão, também em ocasiões em que empregos são negados a tais pessoas devido à identidade de gênero e orientação sexual delas. Além

disso, são frequentes também assassinatos no Brasil motivados pelo ódio em relação à identidade de gênero e orientação sexual. Tais discriminações geram sofrimento psicológico, levando a ideações suicidas ou mesmo ao suicídio em alguns casos.

Devido a motivos como esses que a discussão de tais temas é necessária e, caso tais expressões tivessem sido mantidas, a escola desempenharia importante papel no combate de tais violências. Portanto, reafirma-se que a exclusão das expressões "gênero", "identidade de gênero" e "orientação sexual" representa uma autorização para que essas violências continuem ocorrendo e sendo propagadas.

É possível que vários planos continuem sem as expressões "gênero", "identidade de gênero" e "orientação sexual". Qual será a nossa resposta a isso? E, independentemente disso, qual será a nossa resposta a essa preocupante realidade violenta? Como temos imaginado a sociedade que queremos? Nós temos debatido sobre isso e com base em quais princípios? Temos feito o que está ao nosso alcance? Se não, o que tem nos impedido?



### **EM PROTESTO CONTRA A REDUÇAO DA MAIORIDADE PENAL**

lunos da Furb, Ibes e Uniasselvi organizaram um protesto contra a proposta de redução da maioridade penal. O manifesto ocorreu dia 20 de junho em frente ao Teatro Carlos Gomes, no Centro de Blumenau. O grupo permaneceu no local durante a manhã e entregou informativos para pedestres e motoristas. Também instalou um varal com 18 motivos pela não redução (ao lado), além de outras informações. Todos estarão dispostos a conversar e debater o tema com a comunidade. A Câmara dos Deputados aprovou, mês passado, proposta de emenda à Constituição (PEC) reduzindo a maioridade penal, de 18 para 16 anos, nos casos de crimes hediondos. Ela ainda precisa passar por um segundo turno de votações na Câmara para então ser analisada pelo Senado, também em dois turnos. Maioridade penal é a idade mínima para uma pessoa poder ser julga-

da como adulto.

Caroline Schramm, aluna do mestrado em Saúde Coletiva na FURB, participou do movimento e a convite do grupo escreveu o seguinte texto para o Expressão:

"De encontro aos ideais humanitários, nossos congressistas insistem na prevalência da "Lei do Talião" – "olho por olho, dente por dente" – parece ser o norteador na redução da maioridade penal. Nossos representantes, tanto quanto os favoráveis à questão, em posição absorta, obliteram que uma Nação é aquela que não segrega, mas tão somente abarca as minorias, congrega com os diferentes e, ao invés de excluir, inclui. A reprodução de discursos equivocados, ora confeccionados pela mídia tendenciosa, ora disseminados pelo senso comum, reforça a falta de inspeção aprofundada do tema. Neste imediatismo, agiganta-se, infelizmente, a supremacia dos argumentos primários diante da necessária reflexão. Neste sentido, posicionar-se favoravelmente a esta desacertada mudança, ratifica nossa falta de coletividade e, na tentativa de exorcizar nossos medos diante da violência, estamos mesmo reforçando nossos próprios demônios. É por isto que, ao invés de se vociferar por um sistema mais punitivo e excludente, devemos clamar por mais justiça social, acesso de oportunidade a todos e Educação, prioritariamente."



MARCELO LARES

### 18 RAZÕES PARA A NÃO REDUÇÃO

- 1ª Já responsabilizamos adolescentes em ato infracional
- 2ª A lei já existe resta ser cumprida
- 3ª O índice de reincidência nas prisões é de 70%
- 4º O sistema prisional brasileiro não suporta mais pessoas
- 5ª Reduzir a maioridade penal, não reduz a violência
- 6ª Fixar a maioridade penal em 18 anos é tendência mundial
- 7ª A fase de transição justifica o tratamento diferenciado
- 8ª Leis não podem se pautar na exceção
- 9ª Reduzir a maioridade penal é tratar o efeito, não a causa
- 10ª Educar é melhor e mais eficiente do que punir
- 11ª Reduzir a maioridade penal isenta o Estado do compromisso com a juventude
- 12ª Os adolescentes são as maiores vítimas e não os principais autores da violência
- 13ª Na prática a PEC 33/2012 é inviável
- 14ª Reduzir a maioridade penal não afasta crianças e adolescentes do crime
- 15ª Afronta as leis brasileiras e acordos internacionais
- 16ª Poder votar não tem a ver com ser preso com adultos
- 17ª O Brasil está dentro dos padrões internacionais
- 18ª Importantes órgãos têm apontado que não é uma boa solução

# A CRISE DA FURB

Crise na universidade leva Conselho a deliberar pacotaço de ações administrativas com a intenção de amenizar o rombo nos cofres da instituição. Mas o impacto das medidas é questionado

**POR MAGALI MOSER** 

Jornalista < magali.moser@gmail.com >

ntra em vigor neste mês de agosto uma série de mudanças com impacto direto na administração da FURB. As medidas foram anunciadas pelo relator, professor Udo Schroeder, com o objetivo de assegurar a sustentabilidade financeira da universidade e amenizar o rombo nos cofres da instituição. Mas a maneira como foram apresentadas surpreendeu professores e alunos, que consideraram as ações drásticas. O Diretório Central dos Estudantes (DCE) teme pelo impacto na qualidade do ensino. As medidas fazem parte

de um pacote aprovado pelo Conselho Universitário (CONSUNI) em dois dias de discussões (23 e 27 de julho) e não necessitam de aprovação da Câmara de Vereadores.

A proposta aprovada pelo

A proposta aprovada pelo CONSUNI prevê medidas que buscam o aumento da receita e a redução das despesas. Entre elas estão a redução em 50% nos valores pagos aos cargos comissionados; a não atribuição de horas para a

chefia de departamento (caso haja, as funções da Chefia do Departamento serão assumidas pela Direção da Unidade Universitária); Mudança de horas para coordenação de Programa de PPG; Redução de carga horária para diretor e vice-diretor de Centro, passando de 44 horas para 36 horas; Extinção das horas pagas para Coordenação de Laboratórios; Extinção da Dedicação Exclusiva (DE), concedida a 18 professores.

"Acredito que as medidas aprovadas referentes ao processo 017/2015 ocorreram em função daquilo que está acontecendo com a atual economia

"Com relação ao Processo 017, achei que algumas medidas foram aprovadas de maneira muito drásticas e tardias. Algumas dessas medidas poderiam ter sido vistas a mais de um mês atrás. Uma das medidas mais polêmicas foi o não pagamento de horas aos chefes de departamento e futura extinção dos mesmos. Acho que nesse caso, poderia se ter chegado a um meio termo,

te que ajuda a organizar e distribuir as disciplinas para cada professor, em cada semestre. É ele que está diretamente ligado ao professor e seu trabalho na Universidade. Mas, por outro lado, vejo que a Universidade, neste momento, precisa fazer alguma coisa para enxugar a estrutura e cortar gastos, pois se continuar assim, não terá sustentabilidade econômica em curto prazo".

pois para mim o departamento é uma unidade importan-

Prof Carlos Efrain Stein - Presidente da Associação dos Professores (APROF)

"Reduzir custos faz parte da situação financeira do Brasil e acontece não só nas universidades, mas dentro de todas as áreas econômicas. Cada órgão público tenta, de acordo com sua realidade, gerir seus custos, dando sequência ao desempenho de suas funções e tentando, na menor escala possí-



vel, deixar de atender ou oferecer seus serviços. Os cortes da esfera Federal tiveram impacto direto nas universidades. De acordo com informações veiculadas nos mais diversos veículos de imprensa do país, cerca de 30% de todos os financiamentos estudantis foram interrompidos. O valor é significativo para todas as instituições de ensino que dependem dos repasses e a partir disso, as unidades tiveram que se adequar à nova realidade. Cortar gastos foi a maneira encontrada para que a instituição, nesse caso a Furb é só um exemplo, continue atendendo a comunidade, mesmo em tempos de crise e má administração do Governo Brasileiro. Por fim, cabe salien-

tar que quaisquer desvios, irregularidades ou ilegalidades caso haja, devem ser comunicados aos órgãos competentes e a Câmara de Vereadores tem também esse dever de fiscalizar e acompanhar."

Mário Hildebrandt - Presidente da Câmara de Vereadores de Blumenau

do Brasil. Estamos vivendo um momento de recessão, embora aparentemente com uma inflação controlada. Com essa situação todos perdem e com a FURB não seria diferente. Primeiro o governo estimula o financiamento estudantil (FIES) e depois de um tempo diz que não tem mais dinheiro para continuar a financiar e pior que isso não repassa os valores para a Universidade", avalia o presidente da Associação de Professores da FURB (APROF), Carlos Efrain Stein.

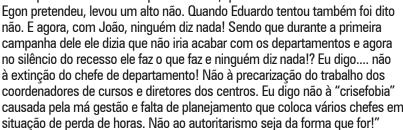
"Até o momento, não recebemos nenhuma explicação oficial da FURB como Câmara de Vereadores, com relação aos motivos das ações tomadas. Entendo que a Universidade possui o seu Reitor e também toda a sua equipe administrativa, que tem a obrigação e a capacidade de avaliar a sustentabilidade financeira, e, através desses dados buscar medidas para garantir a manutenção dos serviços prestados. Sabemos também que as grandes decisões com relação à redução e ao aumento de despesas na FURB passam pelo Conselho Superior da Universidade", afirmou ao **Expressão** o presidente da Câmara de Vereadores, Mário Hildebrandt, em 28 de julho. Em 30 de julho, o reitor ocupou a tribuna livre da Câmara, quando falou sobre as medidas administrativas aprovadas pelo CONSUNI.

### FIES COMO PIVÔ DA SITUAÇÃO

O FIES é tido como o grande pivô da situação. Em entrevista ao **Expressão**, o reitor João Natel (veja na página 10) atribuiu a situação ao FIES, mas não apenas. Ele defendeu ainda que as medidas não vão representar queda na qualidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão da universidade, embora a comunidade acadêmica receba as medidas com ressalvas - veja as opiniões no mural abaixo. As incertezas quanto ao recebimento do financiamento somadas ao crescimento da inadimplência e à alta da inflação levaram à situação, segundo o vice-reitor. O reajuste anual do valor da mensalidade da universidade, que é integrante da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (Acafe), foi de 8,59%. Para o MEC, somente estudantes de universidades com reajuste até o valor da inflação, de 6,4%, poderiam solicitar o financiamento.

Em abril deste ano, o CONSUNI aprovou medidas com o objetivo de garantir o equilíbrio financeiro para o exercício de 2015. Entre elas, a redução em 25% dos valores pagos por gratificação de responsabilidade e exercício de funções de confiança, redução em 10% dos valores dos contratos terceirizados. No entanto, segundo o relator, "somente estas medidas se mostraram insuficientes diante do cenário econômico e das incertezas do repasse dos recursos do FIES".

"Tudo isso acontecendo na FURB e ninguém dizendo nada? Chefes de departamentos no seu silêncio situacional como se a proposta de não lançar horas para eles fosse a salvação da instituição. Botam a mão no estatuto, roubam as horas dos trabalhadores que tinham mandato a serem realizados e a estilo Eduardo Cunha nos dizem: "chefes de departamento não recebem mais" Agora diretores de centro farão o que eles fariam. Como pode um cargo eletivo ser extinto, assim, do nada, de cima para baixo... E ninguém diz nada!? Repito.... cargo eletivo, pelos pares. Nunca, em nenhum momento, a comunidade universitária disse: "queremos o fim dos departamentos". Muito pelo contrário, quando o reitor



Nelson Garcia Santos - Chefe do Departamento de Ciências Sociais e Sociologia da FURB

"Todos nós sabemos que o momento financeiro do nosso país está cada dia pior, e com o governo federal devendo à FURB R\$ 19 milhões de repasses atrasados do FIES, fica mais complicado ainda. Com certeza alguns cortes que foram feitos podem afetar diretamente a qualidade da educação da nossa instituição, e quem perde com isso? Nós, acadêmicos. Mas, temos que ser coerentes quanto a nossa situação financeira. A maior parte das receitas da instituição provém da mensalidade dos acadêmicos que aqui estudam, e o número de acadêmicos vem diminuindo, logo vamos perdendo receitas. Temos que admitir que o momen-

to é frágil, e não vejo outra alternativa se não a de reduzir os custos até a normalidade se estabelecer. INFELIZMENTE."

John Maicon Albanis - Presidente do DCE



MAGALI MOSER

# Expressão Universitária Agosto/2015

### MEDIDAS APROVADAS NA RESOLUÇÃO

### **AUMENTO DE RECEITA**

#### 1.1 Oferta de Novos Cursos/Programas:

- a) Licenciatura: Geografia, em tramitação no CONSUNI; oferta regular se número mínimo de estudantes for maior que 15, ou oferta em regime especial PARFOR, FUNDES.
- b) Mestrado em Biologia Experimental: tramitação CCEN. Apresentar APCN em 2015/II.
  - c) Mestrado em Direito: Projeto em Construção no âmbito do CCJ.
  - d) Doutorado em Educação: apresentação da APCN em 2015/II.
- e) Tecnólogos: Propostas de oferta de dois Cursos/Centro. Exemplo: CCS – Estética e Gastronomia; Cursos de no máximo dois anos, com aulas de segunda à quinta, com 20% a distância.

#### 1.2 Especializações:

- a) Cinco por Unidade Universitária. Operacionalização pelo Instituto FURB; Coordenação do Curso: docente ou profissional externo à FURB.
- b) Convênios para cursos especiais (Avaliação por proposta individual).

Operacionalização monitorada pela FURB; Resultado mínimo de 20% sobre receita bruta.

c) Subsídio para os programas stricto sensu.

#### 1.3 Prestação de Serviço:

Serviços Ocasionais: Novo regramento com participação maior para à FURB e com desoneração de horas de pesquisa.

Análise da minuta de Resolução pela PROGEF, tramitação no CON-SUNI em agosto/2015.

### 1.4 Projetos de P&D com financiamento externo

Novo regramento com participação maior para à FURB e com desoneração de horas de pesquisa.

**1.5 Criação de Fundação de Apoio à FURB - Instituto FURB** Minuta pronta a ser encaminhada à PROGEF.

"A FURB nos últimos anos optou por diminuir sua estrutura e abdicar de atividades outrora regulares. Parte de seus quadros políticos foram substituídos por quadros técnicos e novas prioridades foram democraticamente colocadas. Sem crise econômica a opção foi por não crescer. A comunidade interna exemplifica este quadro com a atrofia da estrutura de lato sensu e do Instituto, hoje sendo retomadas mas sem a memória e capacidades anteriormente instaladas. Bem ou mal, conforme o olhar interpretativo, foram escolhas políticas realizadas a serem respeitadas e fez sentido no passado recente. A administração superior e setorial no presente parecem demonstrar, ao menos no discurso de alguns de seus integrantes, que é chegado o momento de resgatar opções, compor equipes mais proativas e com capacidade de circulação nos espaços, diálogo e governança. A acomodação de alguns nas escrivaninhas não cabe mais. As últimas decisões do CONSUNI já repercutem na arquitetura organizativa da FURB e, se não for acompanhada do constante debate político com a base pode ferir de morte atividades fundamentais do tripé ensino, pesquisa e extensão. Por isso defendo a instalação imediata de uma estatuinte para que possamos continuar nos orgulhando da organização política exemplar, nosso diferencial respeitadíssimo no sistema ACAFE. Defendo também a urgente inovação institucional para que todo estudante do ensino médio em Blumenau, ao invés de fazer cursinho venha para a FURB se preparar, e para que nossos currículos sejam modernizados e flexibilizados tan-

to na graduação como no lato sensu. Para a graduação vale a pena um olhar mais próximo a projetos como o da UFABC e o PROFIS da Unicamp. Quanto ao lato sensu deve-se aprender com o que a própria FURB desenhou há alguns anos e com a FAE de Curitiba. Resta no entanto uma dúvida: Como deixamos de cortar gorduras e produzimos cortes na musculatura institucional, qual a nossa real capacidade de realizar, com eficácia democrática e em tempo urgente, os ajustes fundamentais?"



### **REDUÇÃO DE CUSTOS**

- 2.1 Cargos Comissionados: Redução em 50% dos Valores
- **2.2 Conselho Editorial EDIFURB:** Redução de 50%. Custo/mês: R\$ 2.702,91; Custo/anual: R\$ 32.434,92.
- 2.3 Comissão de Sindicância, Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e Comissão de Processo Disciplinar Discente (Processo Disciplinar Discente): Unificar as Comissões de Sindicância do Servidor e do Processo Disciplinar Discente: caráter especial e transitório, com carga horária semanal de 4 horas, constituídas por 3 (três) professores, em regime de trabalho parcial ou integral.

Comissão PAD: caráter transitório, especial, com remuneração por gratificação de responsabilidade.

- **2.4 Comissão de Ética no Uso de Animais**: Redução de uma hora para cada componente titular, sem renumeração para suplente e duas horas para coordenador da CEUA.
- 2.5 Redução da Carga Horária Chefe Departamento: Não atribuir horas para a Chefia de Departamento, mantendo-se, por ora, tanto o Departamento e o mandato em curso. Caso haja vacância, as funções da Chefia do Departamento serão assumidas pela Direção da Unidade Universitária.

Neste semestre será apresentada a proposta de uma nova resolução sobre distribuição de horas docentes, uma nova organização setorial, que não considere a estrutura departamental, sendo suas funções absorvidas de forma isolada ou concorrente, pelo Colegiado de Curso, pela Direção de Centro, PROEN e PROPEX.

- 2.6 Fortalecimento da Atividade do Coordenador de Curso: Com a readequação das horas dos Coordenadores e a absorção das atividades de Coordenação de Estágio e das Coordenações de AACCs pelos mesmos, haverá uma redução de despesas da ordem de R\$ 44.728,66/mês ou R\$ 536.743,92/ano.
- **2.7 Coordenação de Programa de PPG:** 8 horas para Coordenação PPG e 10 horas para Programas com Mestrado/Doutorado. Redução de R\$ 4.481,44/mês e R\$ 53.777,28/ano.
- **2.8 Direção e Vice-Diretor de Centro**: Redução de 44 horas para 36 horas atribuídas a Direção e Vice Direção de Centros.
- 2.9 Coordenação de Laboratórios: Extinção das horas pagas para Coordenação de Laboratórios. Os Laboratórios servem ao ensino (disciplinas), pesquisa ou prestação de serviços, atividades estas que tem docente (s) responsável (eis), que para isto já percebem valores. Associado a isto, houve a contratação de servidores técnico-administrativos em nível superior e médio para auxiliar no gerenciamento destes laboratórios. Casos excepcionais e mediante justificativa serão analisados.
- 2.10 Atividades Diversas: Análise conjunta com gestão setorial, meta de redução em pelo menos de 50% destas horas. Responsabilidade paga em forma de gratificação de responsabilidade e/ou por servidor técnico-administrativo Casos excepcionais e mediante justificativa serão analisados.
- **2.11 Horas Não-classificadas:** Meta de não haver horas não-classificadas

### 2.12 Dedicação Exclusiva (DE): extinção da DE

Quadro Resumo das Medidas Propostas:	
Medida	Mês
Alteração na composição da CPA	19.064,53
Alteração na composição da CPCM	5.043,57
Alteração na composição da COPERA-PDI	4.053,53
Alteração horas CEPE	16.919,18
Alteração horas CEUA	7.290,23
Horas de Coordenação + AACC + Estágio	44.728,66
Alteração horas Conselho Editorial	2.702,91
Redução 50% Cargos Comissionados	47.455,69
Redução 25% Função Gratificada	26.883,87
Alteração Comissão Sindicância e PAD	10.390,13
Alteração horas Departamento	138.053,60
Coordenação PPG	4.481,44
Alteração Coordenação Laboratório	95.045,01
Redução horas Outras Atividades	65.425,11
Horas não-classificadas	107.168,00
Dedicação Exclusiva	25.282,08
Redução Serviços Terceirizados	160.000,00
Total	779.987,54

Prof. Dr. Oklinger Mantovaneli Júnior - Docente do PPGDR - FURB (Mestrado e Doutorado)

# Expressão Universitária Agosto/2015

# "A ORIGEM DOS PROBLEMAS É DE ORDEM ECONÔMICA"

O pacote de medidas administrativas aprovadas pelo Conselho Universitário da FURB alcançou visibilidade na imprensa local. Vá-



rios veículos divulgaram as ações. O reitor da FURB, João Natel, concedeu uma entrevista exclusiva ao *Expressão Universitária* sobre a crise na universidade.

### Expressão Universitária: As medidas anunciadas são irreversíveis?

João Natel: As medidas aprovadas pelo CONSUNI, em caráter emergencial, são decorrentes da queda de receita, devido ao não repasse do FIES já con-

tratados e não há garantia do recebimento de valores neste ano. Os cortes incidiram, na maioria, sobre as atividades-meio, como a redução de valores pagos às funções gratificadas e cargos comissionados, redução em 10% dos valores pagos aos terceirizados, entre outras medidas. Algumas como participação de servidores comissões, entre elas Comissão Própria de Avalição, Conselho de Ensino e Pesquisa, COPERA-PDI, Comissão Permanente de Carreira do Magistério são definitivas. As funções gratificadas e cargos comissionados passarão por um processo de revisão, dentro de uma proposta de reorganização da estrutura da FURB. Outros tópicos, como o fortalecimento de Coordenação de Curso, incorporando funções como coordenação de estágios, de atividades complementares demandam uma discussão, já iniciada.

### Expressão: As medidas incluem vários cortes. O sr. não teme um impacto na qualidade do ensino?

Natel: Não há este risco. Na tomada de decisão sobre as medidas, foram consideradas as atividades administrativas, que denominados de atividades-meio, preservando as atividades-fim como o ensino, a pesquisa e a extensão. No ensino de graduação, inclusive, fortalecemos os Coordenadores de Colegiado de Curso, com destinação de maior carga horária e que ao incorporar atividades como a coordenação de estágios e atividades complementares, permitirão uma visão e gestão mais completa do Curso. A maior participação dos docentes de tempo integral no ensino de graduação é muito positiva, e os que atuam no stricto-sensu, mantiveram disponibilidade horária significativa na pesquisa. A concessão do tempo integral também será considerada, pois muitos docentes que solicitaram já estão em regime de trabalho de 40 horas, e preenchem critérios para concessão do mesmo.

### Expressão: Uma das mudanças de maior impacto foi o fim das chefias de departamentos. Por que esta mudança se faz necessária?

Natel: A Lei nº. 5.540/68, "Lei da Reforma Universitária" criou o arcabouço organizacional e funcional das universidades públicas, como o sistema de créditos, matrícula por disciplina, organização departamental. Hoje mantem-se nas universidades onde o custeio de pessoal é garantido, o que não ocorre com instituições com financiamento preponderante pelos estudantes. Outros modelos de organização não departamental surgiram sem perda da eficiência e economicidade. Em 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) foi criado e é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. Logo, os instrumentos de avaliação externa do MEC e do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, ao qual estamos subordinados, estão todos relacionados aos Cursos de Graduação, com grande ênfase no perfil do Coordenador do Colegiado do Curso, como regime de trabalho, dedicação, experiência profissional e de magistério superior. Estes indicadores são importantes na composição do Conceito Preliminar do Curso, determinante na qualidade do Curso de Graduação e no somatório de cursos, o Índice Geral da Universidade. Outro componente avaliado é a qualidade dos mestrados e doutorados, e o esforço feito pela FURB, neste sentido é notável e crescente, e um fator diferencial para nossa Instituição. Ao analisarmos as funções da Chefia e do Departamento observa-se que são concorrentes com outras instâncias, como as atribuições do Coordenador de Curso, dos Conselhos e Direção das Unidades Universitárias e com fortalecimento da Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas. Desta forma, de forma cooperativa e complementar, estas as instâncias citadas poderão assimilar as atribuições atuais do Departamento.

### Expressão: Como se justifica o déficit acumulado da FURB?

Natel: No momento, os principais fatores são de ordem conjuntural, entre os quais citamos as incertezas nas ações do Governo Federal na educação superior. Não só o FIES, mas programas como PARFOR, PIBID sofreram restrições. Na pesquisa houve corte de 75% no Programa de Apoio a Pós-Graduação- PROAP, que financia as atividades dos cursos de pós-graduação, proporcionando melhores condições para a formação de recursos humanos. A realidade imposta pelo Governo Federal é de contínua asfixia das universidades brasileiras, independente do financiamento das mesmas. Nós, hoje, temos aproximadamente 3.000 estudantes de graduação com o FIES, e no primeiro semestre de 2015, temos a receber quase R\$ 21 milhões. E um impacto negativo muito grande em nossas receitas. De modo paradoxal, os preços controlados pelo governo, subiram muito acima do reajuste das mensalidades, que foi de 8,59%, como exemplo a energia elétrica 43%,terceirizados 30% e estes são gastos fixos. Logo dois vetores se somam, perda da receita e aumento dos custos fixos da Universidade.

### Expressão: Por que a universidade chegou a esta situação? Quais os fatores que contribuíram para isso?

Natel: São diversos fatores a serem considerados, além e diversos dos conjunturais já mencionados. Consideraremos na análise apenas duas: como nossa principal fonte de receita é a graduação, nosso modelo de distribuição dos componentes curriculares em disciplinas e o regime de trabalho horista contribuem para um número demasiado de horas e de pessoal destinado ao ensino. Nossos currículos são verdadeiras grades, a maioria sem a mínima flexibilização curricular. Devemos caminhar para uma proposta de reorganização dos conteúdos por áreas temáticas/matéria permitindo uma atuação maior dos docentes na graduação e otimização de tempo e recursos na oferta dos conteúdos curriculares. Políticas para a graduação serão brevemente consideradas. Outro fator é a modesta contribuição de outra fonte de receita. No passado, 20% das receitas da FURB provinham da prestação de serviços externos, hoje é de apenas cerca de 3%. Oportunidades de aumento de receita devem ser consideradas, na diversificação de nossas atividades, como prestação de serviços, projetos de pesquisa e desenvolvimento e oferta de especializações e cursos sequências. Um novo regramento destas atividades com alíquotas de participação definidas para os Cursos e Centros proponentes e à Instituição e a transformação do Instituto FURB em uma fundação de apoio trará maior agilidade em atividades relacionadas e dirigidas ao mercado. Se voltássemos ao patamar de um quinto de nossas receitas provenientes da interação com a sociedade, dependeríamos menos de mensalidades e estes recursos financeiros advindos auxiliariam em investimentos de estrutura, de pessoal e também no financiamento do stricto-sensu.

## Expressão: Tem sido comum a crítica de que estas medidas se referem apenas a questões econômicas, e deveriam priorizar o planejamento da universidade para os próximos anos. O que o sr tem a dizer a respeito?

Natel: A origem de nossos problemas atuais e agudos é de ordem econômica, é o que estamos priorizando a curto prazo. Garantir nossas obrigações e responsabilidades com os servidores e terceirizados e nossa condição de universidade, mantendo as atividades-fim é imperativo. No processo de tomadas de decisões pelo Conselho Universitário, nos últimos anos foi de efetivo avanço no planejamento e execução de diversos aspectos, no ensino, pesquisa, extensão, internacionalização, inovação, cultura. A valorização do servidor, pela realização de concursos, reajustes salariais no mínimo repondo a inflação, capacitação dos servidores, melhoria da condição do trabalho docente, fortalecimento da pesquisa, da pós-graduação stricto-sensu, investimentos em estrutura, oferta de novos cursos de graduação, internacionalização, retomada do ensino à distância, políticas de inclusão ao deficiente, temas transversais, plano diretor do espaço físico, foram decisões colegiadas que contaram com o subsídio do balanço crítico do Processo de Autoavaliação e da revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, 201-2015, que contempla e prioriza em todas as dimensões dos fazeres de uma Universidade. Sistematiza nossas ações com metas, estratégias de ação e indicadores, prazos a serem atingidos e os responsáveis pelo mesmo. Ao conhecê-lo deparamos com uma Universidade a ser continuamente construída. Convidamos a todos a discutir e panejar a Universidade que queremos e podemos na formulação de nosso PDI 2016-2020. Por fim, agradecemos a todos nossos servidores pela compreensão, inestimável colaboração e união neste momento de dificuldades, e que possamos a partir da crise atual, construir bases sólidas para a sustentabilidade da nossa Universidade, com menor dependência de governos.

### A UNIVERSIDADE DE LUTO

Blumenau se despede do professor Alcides Abreu que proferiu a aula inaugural na fundação da FURB, em 1964, e do professor Vilmar Tomio, com 27 anos de universidade

econhecido pelas ideias de vanguarda, o professor Alcides Abreu será lembrado como "homem à frente de seu tempo". Há 51 anos, Abreu, então professor da Universidade Federal de Santa Catarina proferia a aula inaugural da FURB, no lançamento da Faculdade de Ciências Econômicas, em 2 de maio de 1964. Foi um dos homenageados na programação dos 50 anos da FURB, quando a comunidade conheceu melhor suas realizações. Teve uma atuação preminente em vários projetos fundamentais em Santa Catarina. Chegou a ser um dos potenciais pré-candidatos ao governo do Estado e foi preterido em favor da candidatura de Ivo Silveira. Aos 89 anos, ele estava internado no Hospital de Caridade, em Florianópolis, com pneumonia. Faleceu dia 22 de julho.

O sepultamento ocorreu no Jardim da Paz, em Florianópolis. Natural de Bom Retiro, na Serra, o professor foi responsável pela criação de instituições como o Banco do Estado de Santa Catarina (Besc), Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc), Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), entre outras. Ocupante da cadeira 16 da Academia de Letras Catarinense, Alcides teve biografia retratada em livro escrito pelo desembargador Volnei Ivo Carlin e o jornalista Moacir Pereira, com o título "Alcides Abreu: O construtor do futuro".

O Conselho Universitário (CONSUNI) da Universidade Regional de Blumenau (FURB) aprovou ano passado por unanimidade a concessão de título honorífico de Doutor Honoris Causa para o professor Alcides Abreu. A justificativa para o título era de que ele esteve presente nos primórdios da universidade. Além de promotor público e escritor, Abreu também atuou como conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, diretor regional do Senai e professor de diferentes instituições, como UFSC, Unisul e UNB.

Alcides Abreu deixa a segunda esposa, Edinete, 3 fi-

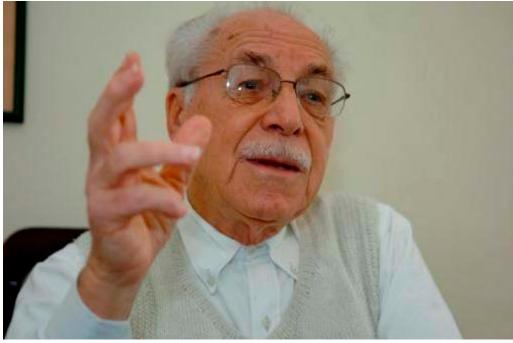
lhas, 6 netos e 2 bisnetos. Doutor em Direito, Alcides foi nomeado em 1952 para exercer a função de Promotor Público na Comarca de Ibirama. Ele participou do primeiro concurso público realizado pelo MPSC e ficou em segundo lugar na colocação geral dos aprovados. Após um ano no cargo, pediu exoneração para realizar projetos junto aos governos do Estado e Federal. Desde então, se destacou por estar à frente de importantes projetos que contribuíram para o desenvolvimento de Santa Catarina. A Udesc divulgou nota de pesar pela morte do professor "que tanto contribuiu para o desenvolvimento do estado de Santa Catarina e do nosso país". Também em nota, o Ministério Público de Santa Catarina lamentou a perda.

### AOS 60 ANOS, PROF. VILMAR TOMIO NÃO RESISTE AO CÂNCER

Com 27 anos de FURB, professor Vilmar Tomio faleceu dia 23 de julho, em Curitiba. Aposentado da FURB desde 2009, ele lutava contra um câncer. Respeitado professor na área da Administração, Tomio trabalhou na FURB por 27 anos. Graduado em Administração pela FURB (1979), onde também concluiu especialização em Economia Industrial (1991) e o Mestrado em Administração de Negócios (2001).

Como diretor executivo da Ideco Pesquisas, realizava com frequência análises estatísticas de mercado e político-partidárias, na imprensa local. Vilmar José Tomio era casado, pai de um filho e de uma filha e avô de um neto. Deixa também uma nora.

No Facebook, o reitor da Furb, João Natel, lamentou a morte do profissional: "Vilmar Tomio. Um grande homem! Reuniu generosidade, humildade, discernimento, inteligência e respeito. Guardo com carinho a pessoa e a referência que é. Hoje, infelizmente nos deixou. Nosso carinho e conforto à família, aos irmãos, em especial aos filhos e à querida e dedicada Christa."



Aos 88 anos, professor Alcides Abreu (ao lado) faleceu dia 21 de julho no Hospital de Caridade, em Florianópolis. Professor aposentado da FURB desde 2009, Vilmar Tomio (ao centro na foto abaixo) tinha 60 anos e morreu em Curitiba (PR) dia 23 de julho, vítima de câncer e infecção intestinal.





## PELA PERMANÊNCIA DO PIBID

Manifestações de professores e alunos garantem a continuidade do programa depois do governo federal anunciar a possibilidade de corte

ameaça de fim do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) levou alunos e professores para as ruas de Blumenau. O mês de julho foi marcado por diferentes manifestações em defesa da permanência do Pibid. A coordenadora institucional do PIBID na FURB, Gicele Maria Cervi, também vice-presidente do Fórum de Coordenadores Institucionais do PIBID, esteve em Brasília no início de julho em busca da manutenção das bolsas. Na FURB são 329 bolsas do PIBID distribuídas em todas as licenciaturas da FURB, mas havia uma cota de 495 bolsas para a instituição. As 166 bolsas das vagas ociosas foram retiradas. A principal vitória foi a manutenção das bolsas ativas e a garantia

da substituição em caso de saída de aluno. A decisão vale em princípio até dezembro.

"Mesmo assim foi uma grande vitória o movimento de mobilização nacional que garantiu a manutenção das cotas. Coletamos mais de 45 mil assinaturas em favor da manuentenção do PIBID, sem contar as que chegaram em Brasília depois do dia 7, quando foi nossa reunião de negociação", conta Gicele.

De acordo com a coordenadora, o movimento obteve a garantia das bolsas até dezembro. Em Brasília, ela se reuniu com a diretora de educação básica, Carmem Neves, que representou o presidente da Capes. Participou ainda de reuniões no Ministério da encaminhar bolsistas para eventos, produzir livros, comprar material. Essa verba referente a 2015 ainda não temos. Por isso, a mobilização vai continuar", promete.

"Com o intuito de aglutinar um conjunto de ações para mostrar ao público de Blumenau o quanto é importante a manutenção do PIBID como programa que atua para a melhoria da educação brasileira, efetuamos dois principais movimentos "PIBID na praça" e "passeata pró-PIBID", comenta o bolsista de Ciências Biológicas do PIBID, Quirino Hugo Schmitz

Paralelo a isso, o movimento utilizou as redes sociais como principal meio de divulgação nacional. A página no facebook "ForPibid" tem alcançado um número considerável de bolsistas que divulgam suas atividades no programa. São 295 instituições de ensino superior no Brasil, dentre elas a FURB, que reivindicavam a continuidade de bolsas destinadas à formação de futuros professores.

"O PIBID é o principal motivo que fez e faz eu perceber que estou na carreira certa que desejo seguir. Com este programa pude ver uma nova escola, uma escola criativa, uma nova oportunidade para a educação brasileira", revela Schmitz.

Todas as vagas da Capes são preenchidas via edital. Um novo edital foi lançado dia 24 de julho e está com inscriçõe abertas até o dia 4 de agosto. Para participar, é preciso estar devidamente matriculado num dos curso de licenciatura e disponibilidade para no mínimo oito horas semanais.

### MANIFESTAÇÃO LEVA ALUNOS E PROFESSORES PARA A RUA

Um dos movimentos de maior expressão foi a passeata pela Rua Antônio da Veiga, na noite do dia 6 de julho. O frio e a chuva não intimidaram os manifestantes a protestar contra a possibilidade de fim do programa. Com pala-

66

Foi uma grande vitória o movimento de mobilização nacional que garantiu a manutenção das cotas. Coletamos mais de 45 mil assinaturas em favor da manutenção

Educação.

"Estamos batalhando ainda pela verba-custeio, para

vras de ordem, faixas e cartazes, os manifestantes percorreram a rua até a Praça do Estudante onde fizeram uma parada simbólica e retomaram até a FURB. Eles gritavam frases como: "Educação não é mercadoria" e "Pibid na rua, a luta continua".

Thainá Alves Herber, 21 anos, é uma prova de que o PIBID é um incentivo à educação. Ela ingressou no curso de Ciências Biológicas da FURB com a intenção de seguir no bacharelado. Depois de ser bolsista do programa, transferiu o curso para a licenciatura. A Escola Básica Municipal Professor João Joaquim Fronza, onde ela é bolsista desde o ano passado, é uma das cinco escolas municipais de Blumenau com Clube de Ciências. Thainá desenvolve ações no contraturno para alunos do 5º ao 9º ano. "Não é apenas repassar a matéria. A experiência nos desafia a fazer as crianças terem curiosidade. O processo de aprendizagem é dinâmico e tem como base os experimentos feitos pelos próprios alunos", comenta.

Raquel Welinski de Abreu, 22 anos, aluna do 9º semestre do curso de Ciências Biológicas, também é bolsista do PIBID na mesma escola. Ela não tem dúvidas de que a experiência vai contribuir para torná-la uma professora mais preparada. "Com o Clube de Ciências a gente consegue ensinar de uma forma mais interessante. A gente quebra aquela ideia de que o professor sabe tudo e o aluno nada. Com as dinâmicas, todos aprendemos", conclui.

O movimento #somostodospibid envolveu estudantes e professores de todo o Brasil. Estudantes universitários ficaram inconformados com a possibilidade de interrupção do PIBID após anúncio de que o Governo Federal poderia realizar cortes na Educação e um dos setores mais afetados será o Programa de Valorização do Magistério da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que coordena o PIBIB. O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, chegou a anunciar que os cortes de verbas para a Capes poderiam chegar a R\$ 785 milhões, ameaçando de extinção programas como o Pibid - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) do Governo Federal, que concede mais de 90 mil bolsas estudantis por todo o país.

### **SOBRE O PIBID**

O PIBID é um programa de valorização dos futuros docentes durante seu processo de formação. Tem como objetivo o aperfeicoamento da formação de professores para a educação básica e a melhoria de qualidade da educação pública brasileira. O PIBID oferece bolsas de iniciação à docência aos estudantes de cursos de licenciatura que desenvolvam atividades pedagógicas em escolas da rede pública de educação básica; ao coordenador institucional que articula e implementa o programa na universidade ou instituto federal; aos coordenadores de área envolvidos na orientação aos bolsistas; e, ainda, aos docentes de escolas públicas responsáveis pela supervisão dos licenciandos. Também são repassados recursos de custeio para execução de atividades vinculadas ao projeto.

Os números: 19 coordenadores de área 4 gestores 269 alunos bolsistas 37 supervisores 329 total de bolsas Capes PIBID na FURB

Para o estudante, a bolsa é no valor de R\$ 400,00

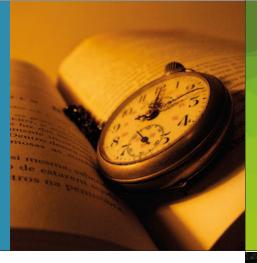
FOTOS: MAGALI MOSER







Com cartazes e faixas em favor da manutenção do programa, professores e alunos do PIBID fizeram manifestações e protestos com a intenção de sensibilizar o governo e a sociedade sobre a necessidade de continuidade da iniciativa



# CURTAS

### ARTISTAS HAITIANOS RECEBEM APOIO DA FURB

Os artistas haitianos tema de reportagem da última edição do Expressão Universitária (julho) integram o Fórum de Economia Solidária de Blumenau e participam da Associação Grupo Verbo Tecer, incubados pela ITCP FURB. Em função disso, já participaram de três feiras de economia solidária, realizadas pela FURB. Também participaram da Feira da Amizade. O objetivo do trio é criar uma associação cultural para comercializarem suas telas com facilidade e, principalmente, adquirirem um espaço permanente para exposição dos quadros - hoje restrita à casa deles, na Escola Agrícola. Eles participam do Colmeia, dias 19 e 20 de setembro no Teatro Carlos Gomes



# PROFESSORA DA FURB É UMA DAS 15 PESQUISADORAS BRASILEIRAS SELECIONADAS PARA CONHECER PROGRAMA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

O programa de extensão Novos Talentos da Furb levou a universidade para estudos no Reino Unido no mês de junho. O programa tem o objetivo de aproximar a pós-graduação do ensino básico no município de Blumenau, através de oficinas direcionadas para alunos e professores do ensino básico e ministradas por professores e alunos da pós-graduação. Segundo a professora Cristiane Mansur (mestrado em desenvolvimento regional) é fundamental possuir uma visão global da sua área de atuação, para poder aplicar os conhecimentos na nossa realidade local. A professora também diz que "A experiência no exterior possibilitou oportunidades de estabelecer parcerias nacionais e internacionais que são exigências da CAPES para melhor avaliar nossos programas de pós-graduação e estabelecer novas formas de cooperação nacional e internacional" Dentre as universidades e institutos de pesquisa estrangeiros visitados, 3 mostraram interesse em estabelecer parcerias com a FURB, são eles: Imperial College - London, Glasgow University, York Museum. Além das parcerias internacionais Mansur teve contato com um grupo dos 15 professores coordenadores de novos talentos de 12 estados diferentes do Brasil, o que também permitiu novas parcerias nacionais que poderão ser direcionadas para a escrita de artigos e projetos conjuntos. Estas parcerias ao longo dos próximos anos devem potencializar nossos projetos locais para aprovação em editais nacionais e internacionais de fomento à pesquisa e extensão.

### FENATIB APRESENTA 12 ESPETÁCULOS

O 19ª Festival Nacional de Teatro Infantil (Fenatib) acontece entre os dias 21 e 29 de agosto. O festival atinge aproximadamente 15 mil crianças a cada edição e possui outras atividades além das apresentações selecionadas como: debates, oficinas de teatro, palestras e apresentações em espaços alternativos. Esse ano, o evento contará com 12 espetáculos selecionados de uma safra de 88 inscritos, confira a programação:

Aladim e a Lâmpada Maravilhosa – Trupe de Truões (Uberlândia/MG)

Alevanta Boi – Cia Manipuladora de Formas ETC I TAL (Itajaí/SC)

A menina que entra em livros – 0 Trem Companhia de Teatro (Belo Horizonte/MG) Brincante – Bafael Senna (Rio de Janeiro

Brincante – Rafael Senna (Rio de Janeiro/ RJ) Este conto não é meu – Trapusteros Tea-

tro (Brasília/DF) Maravilhosas Histórias para Albak – Grupo Caixa de Histórias (São José dos Campos/ SP)

Os contadores – Theatrum Mundi (Rio de Janeiro/RJ)

Os meninos e as pedras — Cia. Girasonhos (São José do Rio Preto/SP)

Palhaçadas: História de um circo sem Iona – Cia. 2 em cena de Teatro, Circo e Dança (Recife/PE)

Piparote – Família Burg (Campinas/SP) Tupiliques: O Espetáculo – Cia. Repentistas do Corpo (São Paulo/SP)

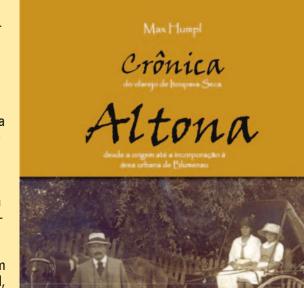
Uma peça como eu gosto — Cia. Histórias pra Boi Dormir (Rio de Janeiro/RJ)

### EDIFURB LANÇA LIVRO DE DESCRIÇÃO HISTÓRICA DE BLUMENAU A EDIFURB se prepara para lançar um livro

com descrições históricas de Blumenau. Com o título "Crônica do Vilarejo Itoupava Seca Altona - desde a origem até a incorporação à área urbana de Blumenau", a obra é de autoria do professor Max Humpl, com tradução de Adriano Steffler e organização de Méri Frotscher e Johanners Kramer. A pesquisa iconográfica é assinada por Johannes Kramer e Sueli Wanzuita Petry. O lançamento está previsto para o dia 19 de agosto, às 19h, na livraria da FURB, Bloco I.

O livro é resultado de tradução de uma fonte escrita há quase 100 anos. Apresenta ao leitor uma narrativa sobre o cotidiano e o passado da Itoupava Seca - Altona, desde meados do século XIX até a sua finalização, em 1918, quando a localidade foi incorporada à área urbana de Blumenau. A tradução da versão manuscrita em língua alemã durante a Primeira Guerra Mundial, que jamais chegou a ser publicada, mostra um retrato vivido daquele tempo pretérito ao leitor, quase um século depois.

No ano passado, a EDIFURB lançou 18 livros. A livraria da Furb está localizada desde o início do ano ao lado do elevador, no Bloco I, das 10h30min às 13h e das 14h às 19h30min.



## AS CONTRADIÇÕES DO **ATIVISMO POLÍTICO-RELIGIOSO**

PEC que ameaça estado laico avança no Congresso Nacional. Proposta do deputado João Campos (PSDB-GO) prevê que entidades religiosas possam apresentar contestações judiciais e eleva fé a argumento jurídico

### POR JOSUÉ DE SOUZA

Mestre em Desenvolvimento Regional, Cientista Social e Docente do Departamento de Filosofia e Sociologia da FURB <josuedesouza1@yahoo.com.br>

câmara dos deputados acaba de criar uma comissão especial para análise de uma PEC - Proposta de Emenda a Constituição, PEC 99/11 que pretende "dar capacidade postulatória das Associações Religiosas para propor ação de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade de leis ou atos normativos, perante a Constituição Federal." Dito de forma simples esta emenda à constituição pretende dar poder as igrejas e associações religiosas para que possam impetrar ações diretamente no STF a respeito de temas que estejam sendo discutidos na sociedade.

Hoje segundo o Art. 103, da Constituição Federal podem propor este tipo de ação o:

I - o Presidente da República;

II - a Mesa do Senado Federal;

III - a Mesa da Câmara dos Deputados;

IV - a Mesa de Assembleia Legislativa;

V - o Governador de Estado;

VI - o Procurador-Geral da República;

VII - o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

VIII - partido político com representação no Congresso Nacional;

IX - confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional. A autoria desta alteração é do deputado evangélico João Campos do PSDB/GO. Campos é o presidente da Frente Parlamentar Evangélica e ficou conhecido pela autoria de outro projeto de lei que propõe a chamada "Cura Gay". A criação desta comissão é parte do ritual legislativo que prevê posteriormente a aprovação dela em duas votações pelo plenário da câmara dos deputados. Segundo o propositor da PEC a iniciativa se dá pelo fato de que se alguma lei ferir os princípios religiosos, as igrejas tem como acionar o supremo.

A inserção em pauta da PEC 99/11 vem acompanhado da chamada agenda conservadora colocada em ação pelo presidente da Câmara dos Deputados, o também evangélico Eduardo Cunha do PMDB/RJ. Nesta agenda contém outros temas polêmicos como a redução da maioridade penal. O Estatuto da Família, que pretende definir em lei que família é um núcleo formado por um homem e uma mulher e assim impedir a adoção de crianças por famílias homoafetivas. A manutenção do financiamento de campanhas políticas por empresas, através de uma antirreforma política. Além da criação do "dia do orgulho heterossexual," PL 1672/11 de autoria do próprio Eduardo Cunha.

### O ATIVISMO POLÍTICO-RELIGIOSO

O ativismo político-religioso é resultado de um cenário da crise de representação dos partidos políticos, seja no parlamento e na própria sociedade civil, não só dos partidos políticos, mas dos movimentos sociais e dos mecanismos tradicionais de participação. O enfraquecimento destes mecanismos facilita a ascensão dos líderes políticos/religiosos, que em um cenário de baixa mobilização política, transformam seus capitais religiosos em capital político. Ganhando voz e vez na es-

Fenômeno que é fortalecido pelo vácuo de poder deixado pela inanição política do governo Dilma, que tem cedido às interferências e pressão de religiosos em temas políticos, utilizando o mecanismo como moeda de troca por cargo e apoio político nas esferas de governo. Fenômeno que não é novo, já estava presente no primeiro mandato (Basta lembrar a eleição presidencial de 2010 que foi marcada pela presença das questões religiosas) e se aprofundou neste segundo mandato.

O perigo desta prática é que no estado moderno o estado deve ser laico. Isso quer dizer que estado não deve intervir na religião e da mesma forma a religião não deveria buscar intervir nas questões de estado, Garantindo assim a liberdade religiosa. Porém o processo de laicização do estado, não é dado, pronto e estático. É um processo de construção de valores que vai se construindo junto com o processo de racionalização da sociedade.

### **OS CONFLITOS ENTRE ESTADO E RELIGIÃO**

Apesar de ser "A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo" a obra mais conhecida de Max Weber, ela inicia seus estudos sobre religião em um artigo anterior chamado "Rejeições religiosas do mundo e suas direções." Segundo este texto, os conflitos entre a política e a religião têm a gênese na esfera religiosa por esta ser universalmente

e fraternamente coerente. Isso acontece de modo diferente das religiosidades mágicas ou das religiões tribais, onde os deuses garantiam não somente a organização legal do grupo como também protegiam a tribo e guerreavam as lutas com eles.

Porém, o aparato burocrático estatal, bem como a religião de massa, acaba com os sentimentos de associação e passam a competir entre si na promoção de sentido na vida e a morte do indivíduo. Assim, em Weber a mística religiosa foi sempre apolítica ou até antipolítica.

A participação política para religiosos, independente se esta religião seja de afirmação ou de negação do mundo, sempre será conflituosa. Sobretudo porque as duas esferas, política e religiosa, possuem racionalidades díspares. Para os puritanos, só era consentido à militância política (a guerra) se a prática fosse em nome da causa divina.

O puritanismo, com o seu particularismo da graça e seu ascetismo vocacional, acredita nos mandamentos fixos e revelados de um Deus que, sob outros aspectos, é incompreensível. Interpreta a vontade de Deus como significado que esses mandamentos devem ser impostos ao mundo das criaturas pelos meios deste mundo, ou seja, a violência e ao barbarismo ético. E isto significa, pelo menos, barreiras que resistem à obrigação de fraternidade de interesse da "causa" de Deus (WEBER, 1997 p. 168).

Max Weber chama a atenção que, historicamente, quando há a mistura entre religião e política, a religião é utilizada para a domesticação das massas e de legitimidade política.

Nas palavras do autor:

As variadas posições empíricas que as religiões históricas têm tomado diante da ação política foram determinadas pela mistura das organizações religiosas com interesses de poder e as lutas pelo poder, pelo colapso sempre inevitável até mesmo dos mais altos estados de tensão com o mundo, em favor de tensões e relatividades, pela utilidade e uso das organizações religiosas para a domesticação política das massas e, especialmente, pela necessidade que as pretensas potências têm da consagração religiosa de sua legitimidade (WEBER, 1997, p. 170).

Já o filosofo Karl Marx vai debater a relação entre Estado e Religião em uma pequena obra chamada: "A Questão Judaica". Obra considerada parte da produção teórica do "jovem Marx" em que o autor expõe os princípios de sua filosofia humanista, apontada por ele como o caminho para a superação humana. O autor defende a separação radical entre Estado e a Religião, apontando que somente assim é possível existir a emancipação política acabada em face da religião e impedimento da liberdade política. Para o autor, a existência social da religião não se constitui um fundamento da sociedade, mas um fenômeno secular.

A religião é, cabalmente, o reconhecimento do homem através de um mediador. O Estado é o mediador entre o homem e a liberdade. Assim como Cristo é o mediador sobre quem o homem descarrega toda a sua divindade, toda sua servidão religiosa, assim também o Estado é o mediador para qual desloca toda sua não divindade, toda sua não servidão humana (MARX, 2002, p. 19).

Para Marx o Estado se emancipa da religião na medida em que a religião se emancipa do Estado. O autor defende que esta separação aconteça a partir da restrição de qualquer forma de monopólio ou privilégios religiosos. Neste sentido, a emancipação do homem religioso só se daria através da emancipação do Estado frente às influências religiosas:

A emancipação política do judeu, do cristão e do homem religioso em geral é a emancipação do Estado do judaísmo, do cristianismo e, em geral, da religião. De modo peculiar à sua essência como Estado, o Estado se emancipa da religião ao emancipar-se da religião de Estado (MARX, 2002, p. 18).

Assim é possível perceber o equívoco das lideranças políticas e religiosas ao tentarem instrumentalizar a política ou aparelharem o Estado com agentes a seu serviço para assim garantirem seus direitos ou suas liberdades. Deveriam sim lutar para a construção de um Estado laico e com relações impessoais.

Bibliografia:

MARX, Karl. A questão judaica. Rio de Janeiro: 2002.

WEBER, Max. Rejeições religiosas do mundo e suas direções. Os Economistas. Org. Mauricio Tragtenberg. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997.

Teoria do los estádios y direcciones del rechazo religioso del mundo. Ensayos de sociologia de la religion. Madrid: Taurus, 1998, p. 534-535.

# O KINDER OVO CHAMADO PROCESSO 017/2015

Quinta-feira, dia 23 de Julho de 2015, numa tarde fria e chuvosa, o CONSUNI tomou uma decisão temerária: aprovou, por curta margem, o parecer do Processo 017/2015. A justificativa foi incontestável: o aumento das despesas associado à diminuição das receitas produzira um déficit insustentável de R\$ 10 milhões. As implicações da aprovação ainda não foram plenamente avaliadas, mas a decisão gerou uma profunda apreensão na comunidade acadêmica pelas consequências políticas, administrativas e, principalmente, acadêmicas. Afinal, como num Kinder Ovo, o Processo 017/2015 trouxe o inesperado: o corte de horas da Chefia de Departamento.

Esta decisão baseia-se no Parecer do Processo 017/2015, que trata da proposta de medidas administrativas visando à sustentabilidade da FURB. O Parecer diferencia dois tipos de medidas: 1) Medidas de Aumento da Receita (ofertas de novos cursos de graduação, especialização, pós-graduação e prestação de serviços); 2) Medidas de Redução dos Custos (totalizando 17 ações relacionadas principalmente com a redução de horas atividades e gratificações). Analisando o conjunto de ações percebe-se que as medidas de aumento da receita são de médio e longo prazo, enquanto que as medidas de redução de custo, de curto prazo.

Contudo, o que mais surpreendeu a comunidade acadêmica da FURB foi a medida 2.5 - Redução da Carga Horária Chefe Departamento. Diz a medida: "Não atribuir horas para a Chefia de Departamento, mantendo-se, por ora, tanto o Departamento e o mandato em curso. Caso haja vacância, as funções da Chefia do Departamento serão assumidas pela Direção da Unidade Universitária." O parecer esclarece ainda que será apresentada a proposta de uma nova resolução sobre distribuição de horas docentes e organização setorial. Do ovo saiu a surpresa: na prática esta decisão extingue o sistema departamental e modifica a estrutura administrativa.

Não foi a primeira vez que se tentou acabar com o sistema departamental na FURB. A primeira remonta ao ano de 2003 no segundo mandato da Gestão Egon/Rui, através da proposta formulada por um Grupo de Trabalho, e que foi rejeitada por um voto no CONSUNI. A segunda foi proposta na Gestão Eduardo/Romero no contexto regulação da base legal e do encaminhamento da legislação para a Câmara de Vereadores em 2008, e foi abandonada depois da Greve. Portanto, se, tanto antes como agora, a modificação do sistema departamental foi recebida com desconfiança, a questão é: por que toda gestão tenta acabar com os departamentos?

Os departamentos constituem as menores unidades administrativas das universidades. Gerem pessoas, infraestrutura acadêmica e congregam docentes de disciplinas, áreas e habilitações afins. Sua existência justifica-se pela associação entre um campo de conhecimento e os recursos necessário para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Constituem, portanto, a expressão mais acabada da autonomia universitária e são o locus

de formulação e implementação das políticas acadêmicas. Por isso, a dinâmica de funcionamento departamental costuma ser vista sempre como polo de defesa de interesses coorporati-

Foram introduzidos na universidade brasileira em 1968 no contexto do que ficou conhecido como a Reforma MEC/USAID. Mais precisamente, os acordos entre o Ministério da Educação – MEC e a United States Agency for International Development – USAID, firmados pela Lei 5.540/68 de 1966. O Grupo de Trabalho recomendou a implantação de uma nova estrutura administrativa universitária. Entre outras medidas tomadas pela Reforma Universitária destacam-se: o vestibular unificado, o ciclo básico, o sistema de créditos, a matrícula por disciplina, bem como a carreira do magistério, a pós-graduação e, claro, o sistema depar-

A ideia básica do sistema departamental era estabelecer uma divisão entre as instâncias decisórias e as instâncias executoras. No início a implantação do processo de departamentalização encontrou resistências da comunidade acadêmica, habituada a autonomia do sistema faculdades e cátedra. Mas, passadas quase cinco décadas, observa-se que o departamento se consolidou como a da organização universitária. Mais precisamente, num espaço de alocação burocrático-administrativa de professores, mas também elemento aglutinador da produção, transmissão e extensão de conhecimento. Por isso tem sido objeto de muitas controvérsias acadêmicas.

Na FURB o sistema departamental foi instituído em 1992 quando a universidade se transformou numa autarquia municipal. Por oportunismo tecnocrático o modelo de gestão replicou a estrutura das universidades federais: a divisão entre a Administração Superior (conselhos, reitorias e pró-reitorias) e a Administração Setorial (centros, departamentos e colegiados). A implantação desse modelo pressupunha duas constantes: a) o monopólio microregional da oferta de ensino; b) a transferência dos custos para as mensalidades. Como essa conjuntura socioeconômica se modificou nos últimos anos, a adequação desse modelo vem sendo questionada.

Ocorre, contudo, que a extinção do sistema departamental tem profundas implicações na estrutura e no funcionamento da FURB. Não se tratam aqui somente de questões de rotina administrativa como, por exemplo, o processo de alocação de disciplinas, ou processos decisórios como o caso dos Conselhos de Centro. Portanto, a questão não é saber quem e como serão feitas essas atividades, mas em que tipo de universidade. Mais precisamente, o tipo de modelo institucional que está sendo desenhado. Na ausência de um projeto explícito, as indicações do Parecer aprovado apontam para uma universidade menor e mais centralizada.

Mesmo encolhendo existem algumas considerações incontornáveis que precisam resposta a respeito do corte de horas da chefia de departamento na FURB. Entre elas: 1) Legalidade: o CONSUNI tem autonomia para modificar a estrutura administrativa sem passar pela Câmara de Vereadores? 2) Política: qual a legitimidade da modificação da estrutura administrativa sem um debate amplo na comunidade acadêmica? 3) Trabalhista: como ficarão os salários dos chefes de departamento? Modificações com essa envergadura institucional não podem ser decididas no afogadilho de uma reunião mal

preparada, mas pressupõe a instituição de uma Estatuinte.

10 milhões de déficit é muito! Não há como negar... È preciso agir e coragem para agir. Porém, não justifica tudo. A impressão deixada pelas condições em que as medidas do Parecer 017/2015 foram concebidas, debatidas e aprovadas mais uma vez toma a forma de uma medida improvisada... A sensação deixada é que o CONSU-NI decidiu com a faca no pescoço: ou acaba com os departamentos, ou acaba o salário.

Afinal, por que toda qestão tenta desmontar o sistema departamental da **FURB? A resposta** é simples: o que está em jogo é a autonomia dos professores na alocação de horas.

O medo predominou... Por isso, num momento de desespero efetuar mudanças com tamanhas implicações institucionais soa quase como chantagem. E fez entrar pela janela uma ideia que a comunidade acadêmica não deixou pas-

Então, afinal, por que toda gestão tenta desmontar o sistema departamental da FURB? A resposta é simples: o que está em jogo é a autonomia dos professores na alocação de horas. Diz o bom senso contábil que se não pode ampliar a receita é preciso reduzir a despesa... E o sistema departamental dificulta esse controle porque descentraliza o processo decisório. A extinção do sistema departamental, portanto, centraliza e fortalece a capacidade de controle político das despesas. As consequências são que ao clima de insegurança financeira vigente, a decisão do Processo 017/2015 acresceu mais instabilidade a rotina das atividades acadêmi-

O dia 23 de Julho de 2015 certamente será lembrado como um dos dias mais tristes da história da FURB. Não porque horas das chefias de departamentos foram cortadas... Mas porque mais uma vez repetimos os mesmos erros: o sistema departamental foi instituído, modificado e começa a ser extinto sem ter como base um projeto institucional, um consenso político e, sobretudo, um debate aberto com a sociedade na qual a FURB é melhor para o desenvolvimento da região. Afinal, ao longo dos últimos anos a comunidade acadêmica da FURB se acostumou a trocar seis por meia dúzia, mas ainda desconfia da vantagem de trocar seis por